

Nova moeda de troca no Congresso

O Conselho de Ética vai decidir na quarta-feira da próxima semana questão fundamental e decisiva para o destino dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Pode ser ironia da história, mas a adoção do voto secreto ou aberto soluciona previamente a controvérsia e indica o futuro dos representantes da Bahia e do Distrito Federal.

O presidente do Conselho, Senador Ramez Tebet (PMDB-MS) entende que o voto secreto somente é obrigação constitucional no processo de votação da cassação dos mandatos. A votação do relatório de Roberto Saturnino (PSB-RJ) é momento preliminar. O voto, portanto, poderá ser aberto. Mas o conselho vai decidir. A questão não é apenas jurídica. É política e a adoção de um ou outro sistema tem o poder de modificar o resultado.

A avaliação de um senador, que pede para não ser identificado, é muito interessante. O quase repórter parlamentar indagou de seus colegas como seria seu voto em cada uma das situações. O resultado é o seguinte. Na votação aberta ocorreriam 11 votos pela cassação de Arruda e ACM. E quatro votos contra. Na votação secreta seriam 8 votos pela cassação e seis contra. Uma abstenção. Na segunda hipótese os acusados precisam apenas virar dois votos para conseguir a absolvição.

É bom lembrar que o Conselho de Ética é composto por cinco senadores do PMDB, quatro do PFL, três do bloco PSDB/PPB e três oposicionistas. A variação das votações ocorre nas maiores bancadas. Os oposicionistas deverão votar fechados pela cassação. Há, apenas, o problema do senador de Brasília, Lauro Campos, que deixou o Partido dos Trabalhadores e está sem legenda, no momento. É possível que seja substituído. Outro voto em aberto será o senador Roberto Saturnino, relator da matéria. Ele não tem como esconder sua opinião.

Indicação importante das intensas negociações das últimas horas é a discreta nota do PFL resultante da reunião da Executiva Nacional. Os dez deputados e os três senadores do partido que assinaram o requerimento de criação da CPI da Corrupção foram convidados a repensar e a, quem sabe, retirar suas assinaturas. É um movimento importante.

Os três senadores que assinaram o documento são os baianos Waldeck Ornélas, Paulo Souto e Antonio Carlos Magalhães. Se recuarem, a CPI não se instalará porque no Senado deixará de atingir o limite. O requerimento está com 29 assinaturas. O mínimo é 27. Se os baianos saírem o número cai para 26. Caso o ex-ministro Fernando Bezerra assine o requerimento a situação pré-existente se restabelecerá.

O ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, que foi o homem das finanças escolhido por Tancredo Neves no momento da transição para a democracia também entende de política. Ele está trabalhando junto aos deputados para obter desistências. No Palácio do Planalto vigora a idéia de que é mais fácil trabalhar na Câmara que no Senado. A CPI ainda está em risco. Há a possibilidade concreta de que ela não se instale. E, sem dúvida, transformou-se em importante moeda de negociação na antevéspera do momento em que Arruda e ACM serão convidados a subir no cadafalso.

TAMBORES

É opinião corrente no Senado que qualquer negociação destinada a reduzir a pena de José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães passa por uma preliminar. Os tambores têm que parar de tocar na Bahia. Roberto Saturnino, relator, mordeu um pequi e está cuspidando espinho para todos os lados. E Ramez Tebet contraiu uma alergia que deixou seu rosto inchado. Macumba.

Brincadeiras à parte, surgiram no início da semana as primeiras conversas no sentido de, ao invés de cassar, punir um e outro com a suspensão de mandato por seis meses. É possível que haja, na reunião próxima quarta-feira, sugestão neste sentido.

